

## Os Caminhos de um Historiador

Guilherme Pereira das Neves. *História, teoria, variações*.  
Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011.

**Renata William Santos do Vale**

Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Pesquisadora do Arquivo Nacional.

**E**m um artigo de título bastante curioso – “Elétrons não são interessantes como gente: história e biografia” –,

Guilherme Pereira das Neves inicia o texto contando um pouco de como escolheu a história como ofício, dos livros e filmes que foram importantes para suas escolhas profissionais no futuro – muitos sobre a vida de grandes personagens, romances históricos, clássicos da literatura mundial e brasileira, dos séculos XIX e XX. Com tal



introdução pretende “dar uma ideia da variedade dos tipos de escritos biográficos, das modalidades de enredos de que um autor dispõe

para tratar de suas experiências pessoais ou daqueles de uma personagem” e “destacar as próprias características da escrita biográfica em si, de modo a ser capaz de relacioná-la, enquanto uma prática específica, à da escrita da história em geral” (p. 71). Neste *História, teoria e variações*, Guilherme Pereira Neves dedica-se às teorias

da história em debate nas últimas décadas, em um bravo exercício de fazer a história da História, e a pô-las em prática, nos seus escritos sobre o pensamento luso-brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. E assim realiza, talvez não intencionalmente, uma modalidade de autobiografia intelectual e profissional, como pesquisador, professor e crítico em artigos acerca de temas sobre os quais se debruçou ao longo de sua vida acadêmica. Os doze artigos que compõem esse livro revelam uma análise acurada sobre a disciplina, seu caráter científico, suas novas abordagens e metodologias, e sobre o ofício e o papel dos historiadores no mundo.

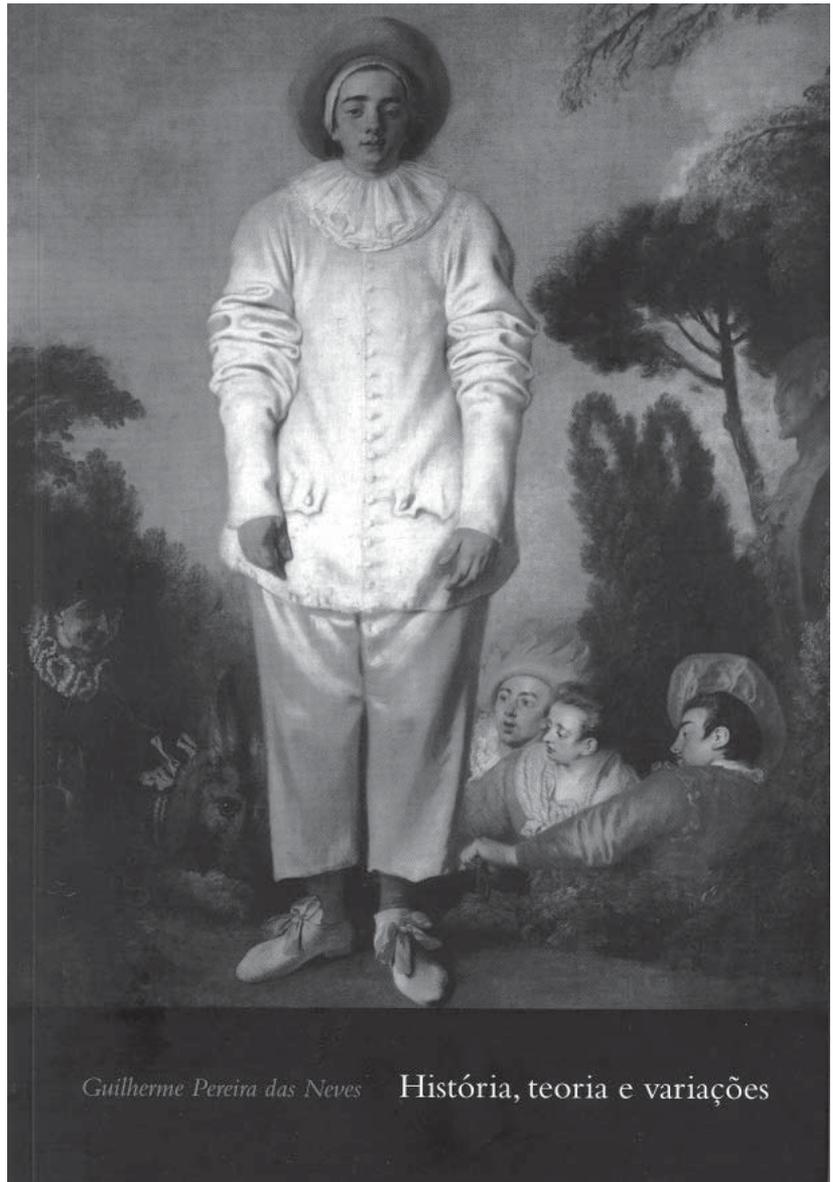
Em primeiro lugar, gostaria de destacar um aspecto que é possível observar desde a dedicatória aos seus alunos. Escrito como uma, ou doze grandes aulas, este livro não se dirige somente aos seus pares da universidade e da academia, com quem certamente as ideias aqui contidas já foram discutidas, mas àqueles que estão aprendendo o difícil ofício do historiador. Os artigos se caracterizam por uma combinação (infelizmente cada vez mais rara) de erudição e linguagem didática, mas não fácil, ou de menor rigor formal. A primeira parte, intitulada “O caminho da reflexão”, funciona como um curso de teoria e métodos da história, refletindo os anos de atuação como professor desta área na Universidade Federal Fluminense. Já no primeiro artigo, “História: a polissemia de uma palavra”, no qual empreende uma história do conceito de História, parte de uma

dificuldade muito comum para a maioria dos professores, de todos os níveis, de explicar aos seus alunos o que é afinal a história e qual a sua finalidade. Para realizar esta tarefa hercúlea, Guilherme torna aos oitocentos, quando a história se concebe disciplina e se consolida profissionalmente, nas academias, nas universidades, nos arquivos públicos, e debate o *historismo* que vigorou hegemônico até as primeiras décadas do século XX, quando historiadores franceses reunidos em torno de uma nova ideia de história, a célebre Escola dos *Annales*, promovem uma mudança de paradigma ao aproximá-la das ciências sociais. Um assunto que pode parecer batido, mas pela pena do professor Guilherme é tratado com grande historicidade, evitando um certo maniqueísmo que ainda prevalece, entre uma *má história*, dos grandes personagens e eventos políticos, que teve papel decisivo na constituição dos estados nacionais, e uma *boa*, a nova história social, totalizante, das massas, da longa duração promovida por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e seus seguidores. Como se esta perspectiva não resultasse também de um jogo de forças e tensões políticas, vivenciadas dentro das universidades francesas entre os anos de 1930-50, como bem mostrado no capítulo “Aquém da história: os *Annales* aos 80 anos”.

E como os historiadores estão sempre enredados nas tensões e questionamentos do seu próprio tempo, o conceito do fazer história e o ofício de quem tem a tarefa de

escrevê-la estão em constante mudança. A “Nova História” vem questionar uma cristalização dos estudos dessa história social *annaliste*, sob influência estruturalista, baseados em grandes séries documentais, recheadas de números e estatísticas, de procedimentos metodológicos que reafirmem o caráter “científico” da história, mas que acabavam por perder a dinâmica dos processos, dos acontecimentos, em narrativas descritivas e áridas. Essa vertente, nascida de dentro dos *Annales*, procurou recuperar em parte aspectos demonizados da velha história política, como a importância do acontecimento em seu caráter único e o resgate do indivíduo, diluído anteriormente nas massas, a importância da cultura e dos discursos, expressa, neste último caso, por uma volta da narrativa e pelos embates promovidos *pós-linguistic turn*, que obriga os historiadores a reverem seus paradigmas, frente aos questionamentos pós-modernos do

estatuto de cientificidade da história. A partir deste momento de crise, do retorno da história política, da explosão de novos objetos e olhares, e de uma diferente escala de análise, a micro-história, outras abordagens mostram-se atraentes, como a história conceitual das linguagens políticas e a hermenêutica. O que parece uma sucessão de viradas teóricas e metodológicas vividas no decorrer do século XX



Guilherme Pereira das Neves História, teoria e variações

é, na verdade, um verdadeiro caldo que se mistura ao tempo em que vivemos, no qual correntes de pensamento, por vezes aparentemente opostas, convivem e evidenciam que o tempo da história não é o tempo do progresso, o tempo linear que às vezes teimamos em lhe atribuir. Os diversos entendimentos sobre o que é a história, e como ela deve ser pensada, escrita e vivida variam e coexistem.

Em meio a tantas possibilidades, apesar de trabalhos que versem sobre teoria e metodologia da história ainda não serem muitos, são, no entanto, expressivos. Os temas espinhosos e ainda hoje polêmicos tratados na primeira metade deste livro, que por vezes vemos relegados às introduções de teses e dissertações – salvo exceções –, são competentemente enfrentados pelo autor, reforçando a importância que devem ter os estudos sobre teoria e historiografia, que atualmente vão ganhando terreno nos departamentos das universidades, na criação de grupos de pesquisa e no lançamento de periódicos especializados.<sup>1</sup> Livros como este são, ao mesmo tempo, reflexo de uma preocupação de longa data do historiador com seu campo de trabalho e um incentivo para o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Dois artigos ainda da primeira parte, o ótimo “Nação, cultura e história: um ensaio desencantado” e “A catedral submersa”, atentam para as dificuldades enfrentadas por professores nas escolas, as quais são, simultaneamente, objeto para a história da educação no Brasil e preocupação, ao

se tentar compreender o estado de abandono e empobrecimento do ensino como um todo no país, cabendo assim ao historiador/professor refletir sobre seu papel nesse processo, a começar talvez pela distância que separa o que se aprende nas universidades e nos bancos escolares. Na raiz dos problemas educacionais do presente, a desagregação do modelo jesuíta ainda no século XVIII sem um novo sistema para substituí-lo, a tímida penetração das ideias ilustradas que fez retardar o ingresso do país na modernidade, a baixa alfabetização e escolaridade da maioria da população, são reflexos de séculos de escravidão e exclusão da cidadania, que não possibilitaram a consolidação de uma opinião pública. Como consequência, somos ainda, até o presente, uma nação meio torta, que desdenha do ensino, da memória, do patrimônio, e se identifica mais com o futebol do que com sua própria história, e onde a televisão educa mais que a escola. Essas questões, melhor desenvolvidas pelo autor, sugerem certo desencanto, mas que deve servir de estímulo ao estudo, à reflexão e à mudança.

Na segunda parte do livro, “O caminho da aplicação”, o autor vai da teoria para a prática em seis artigos sobre o pensamento político dos intelectuais ilustrados no mundo luso-brasileiro, resultantes de projetos de pesquisa, que demonstram parte de sua produção historiográfica e de suas escolhas teóricas e metodológicas. Na leitura fica evidente um alinhamento com a *história dos conceitos*, proposta por

Reinhart Koselleck, cuja obra oferece inúmeras possibilidades de pesquisa, e das *linguagens políticas*, conforme praticada pela então chamada Escola de Cambridge, cujo principal interlocutor para Guilherme Neves foi John Pocock. Por meio destas duas chaves de interpretação, que segundo o autor são mais complementares do que opostas, os artigos são resultado de extensas pesquisas sobre a significação e o entendimento do vocabulário e linguagem políticos das Luzes luso-brasileiras, expressos em memórias, discursos, pareceres e outros textos de letrados ilustrados do mundo português. Parte dos termos e conceitos próprios da época, das ferramentas mentais de que dispunha a elite luso-brasileira, e do contexto do ideário político para compreender sua visão de mundo e a apropriação das ideias que circulavam na península ibérica e na Europa entre o setecentos e o oitocentos.

Esses textos demonstram, às vezes melhor do que aulas e livros, a metodologia de trabalho do autor, o ofício do historiador: a aplicação da teoria, o diálogo com a bibliografia, aliados à extensa pesquisa e densa leitura das fontes utilizadas. Em “Como um fio de Ariadne...”, o autor toma por base textos de dois personagens de trajetórias semelhantes, o padre Miguelinho e frei Caneca, ligados ao Seminário de Olinda, que participaram da revolução de 1817, mas tomaram rumos diferentes entre o período de 1820-1824. No artigo, a partir dos textos, das influências e do vocabulário dos autores, Guilherme Pereira Neves busca

compreender a penetração das “pálidas Luzes ibéricas” no pensamento dos letrados e sua relação com a ideia de um império luso-brasileiro, partindo de conceitos-chaves para os que viviam às vésperas da Independência, como liberdade e pátria. O vocabulário da emancipação ressurgiu no último artigo do livro, “Independência e liberdade sem liberalismo: Brasil, c. 1777-1870”, escrito com Lúcia Bastos, no qual os dois autores realizam uma análise conceitual do movimento da independência, recuperando os diversos significados de liberdade, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, e a formação de uma incipiente opinião pública no novo mapa político do Brasil.

No excelente “Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão”, tal como no artigo anterior, o autor compara os discursos de dois religiosos, letrados, e sua interpretação das ideias ilustradas que aportaram em Portugal e no Brasil na virada dos séculos XVIII para o XIX. A própria natureza dos textos, uma memória e seu ajuizamento já prenunciavam um antagonismo, sobretudo se levarmos em conta que o tema da querela era a justiça do comércio de escravos, defendida pelo bispo Azeredo Coutinho, criador do Seminário de Olinda, e muito criticada pelo padre Antônio Ribeiro dos Santos, censor régio, e que permite vislumbrar o pensamento de ambos muito além da discordância em relação à escravidão.

A reflexão sobre esse programa luso-brasileiro e sua filiação com as Luzes avança em “As máximas do marquês...”, no qual o autor se ocupa da trajetória política e de vida de Mariano José da Fonseca, que, de preso acusado de promover ideias sediciosas em 1794 no Rio de Janeiro, acaba como um respeitável grande do Império, o marquês de Maricá. No decurso de uma vida, o autor discute a apropriação dos enunciados revolucionários que circulavam e avalia a real dimensão de sua influência para a chamada

geração de 1790, que, defensora do sonho de um império luso-brasileiro, teve de se adaptar à realidade do Império do Brasil.

Este livro merece ser lido como uma grande aula de teoria da história, pelas possibilidades de aprendizado e pesquisa que oferece sobre o pensamento político luso-brasileiro e, sobretudo, porque mais do que o exercício de uma história pensada, de uma história como escrita do tempo e de si própria, é resultado da melhor forma de história, a vivida.

## N O T A S

1. Para citar alguns exemplos somente, cf. Jasmin, Marcelo; Feres Jr., João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, e dos mesmos autores, *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007. Ainda Varella, Flávia et al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. Este último resultado do II Seminário de História da Historiografia, evento que se realiza anualmente desde 2007 na Universidade de Ouro Preto/Mariana, e que, além desta publicação, impulsionou também o lançamento da revista eletrônica *História da Historiografia*. Ver também Neves, Lucia Bastos et al. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, resultado do I Seminário de História da Historiografia Brasileira, promovido pela UERJ. Aproveito para notar que a bibliografia apresentada por Guilherme Pereira das Neves é, creio que em número bastante significativo, composta de livros ainda não traduzidos, e muitos dos quais mereceriam versões em português, o que os tornaria mais acessíveis à comunidade profissional e aos interessados em história.

---

Recebido em 22/6/2012

Aprovado em 20/9/2012